

Assunto: Violência de gênero ainda apresenta números alarmantes

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 24/01/2014

Editoria: COTIDIANO

Seção:

**FOLHA**  
DE PERNAMBUCO

## A cada dois dias, uma mulher é vítima fatal em Pernambuco

# Violência de gênero ainda apresenta números alarmantes

■ **APESAR DOS** avanços nas áreas de gestão pública, a impunidade e o medo de denunciar tornam-se prejudiciais

MARCÍLIO ALBUQUERQUE

Não faz muito tempo que 2014 teve início, trazendo consigo, costumeiramente, os planos para uma vida melhor e mais justa, além das promessas de uma convivência de paz e respeito entre as pessoas. Contudo, apesar de virada a página do calendário, os números da violência contra a mulher em Pernambuco ainda tendem a assustar, mostrando que muito ainda precisa ser feito. Desde que janeiro despontou, 14 delas já foram assassinadas no Estado, representando uma a cada dois dias, segundo apontamento da Secretaria da Mulher. Mesmo com o romper do silêncio e o trabalho já desenvolvido, o cenário ainda parece indicar que as medidas punitivas em vigor não trazem temor a estes agressores que, na maioria dos casos, estão alojados dentro do seio familiar.

### Folha resume

Os números da violência doméstica, principalmente no que diz respeito às mulheres, ainda se mostram alarmantes em Pernambuco. Até o momento, 14 vítimas já perderam suas vidas desde o início deste ano. Uma ação do Tribunal de Justiça, lançada hoje, visa dar mais celeridade aos processos.

"É uma guerra contra um inimigo próximo e as armas ainda são desconhecidas", afirma a vice-presidente do Instituto Maria da Penha, Regina Célia Almeida. De acordo com a ativista, a violência contra as mulheres é um mal que abrange diversas vertentes, entre elas a questão social, de direitos humanos e também de saúde pública. Um balanço, apresentando recentemente pelo Governo do Estado, indicou que o programa Pacto pela Vida registrou, pelo sétimo ano consecutivo, uma redução do número de homicídios. Entretanto, na contramão dos dados positivos, somente em 2013, 246 mulheres foram mortas, sendo 36 casos a mais que no ano anterior, exigindo cada vez mais atenção para o gênero. "Temos grandes avanços, porém, uma lei com oito anos de existên-

cia não consegue apagar uma conduta perpetuada por 500 anos, onde os homens resolviam as suas crises amorosas através da brutalidade física. Os instrumentos e políticas públicas atuais são satisfatórios, mas o fator humano ainda carece de capacitação", ressaltou Regina.

Para a juíza Marylúcia Pereira Feitosa, à frente da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar do Recife, a denúncia é, acima de tudo, um ato de civilidade. Desde 2006, o volume de processos cresceu consideravelmente, apontando uma procura maior pela esfera judicial para resolver estes problemas. "Se elas não procuram ajuda, o caso será reprimido e pode ressurgir em outro momento", explica a magistrada. Segundo ela, mesmo após uma possível separação, este homem im-



SEGUNDO Regina Almeida, a agressão é generalizada

pune continuará ferindo princípios, levando a dor para outras companheiras.

As varas e delegacias especializadas neste segmento,

além das iniciativas de conscientização que se estendem ao longo de todo o ano, são vistas como ferramentas poderosas para encerrar o pro-

### Saiba mais

**ATO** - Neste domingo, uma ação de conscientização deve movimentar trechos de importantes avenidas em 23 cidades pernambucanas. A ação "Basta de Violência contra as Mulheres" busca informar a população sobre a importância da denúncia de crimes e abusos. Nos locais, haverá a distribuição de panfletos informativos e a divulgação da Central Cidadã Pernambucana, um teleatendimento 24h, que recebe denúncias através do fone: 0800.281.8187

blema de frente, destaca Fábila Lopes, diretora geral de Enfrentamento da Violência contra a Mulher. "É um trabalho contínuo, que soma forças e visa erradicar toda forma de afronta doméstica e sexista", esclarece. Ela destaca a Campanha "Basta de Violência contra as Mulheres", que integra municípios da Região Metropolitana do Recife, Zonas da Mata Norte e Sul, Sertão e ainda o arquipélago de Fernando de Noronha.

## TJPE lança o Arquivo Zero

A redução no número de processos que envolvem a violência de gênero é o objetivo do programa Arquivo Zero, lançado hoje, pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. A medida, que se baseia num grande mutirão, busca acelerar o julgamento dos crimes cometidos contra as mulheres no Estado, sendo parte integrante do projeto "Justiça para as Mulheres: Agora e Sempre", desenvolvido pelo Governo, em conjunto com diversas entidades. A data também

registra os quatros anos da criação da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, instalada no bairro de Santo Amaro, na área central do Recife. Uma região carente, que ainda registra números consideráveis deste grave problema.

"Estamos certos de que, através de uma ação conjunta, resolveremos todos os processos pendentes", afirma a juíza titular Marylúcia Feitosa. "Atualmente, apenas na 2ª Vara, temos 11.778 ações

judiciais. Destas, 7.995 tratam de medidas protetivas, que garantem o distanciamento dos agressores, preservando a integridade física e psicológica das mulheres", explica. Ainda conforme a magistrada, o alvo é o não acúmulo de matérias, sendo solicitada uma ampliação do grupo de trabalho. "Queremos que todos cheguem a fase de julgamento, onde já se encontram 2.392 com o status de julgado, sendo 25% do total", acrescenta.

Assunto: Assassinos de advogada presos em Bezerros	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 24/01/2014
Editoria: COTIDIANO	Seção:



➤ AGRESTE

## Assassinos de advogada presos em Bezerros

LIVIA MOTA

Três pessoas foram presas por envolvimento na morte da advogada Severina Natalício da Silva. Equipes da Polícia Civil em Bezerros, município do Agreste de Pernambuco, deflagrou na madrugada de ontem, a Operação Themis, onde deu cumprimento a três mandados de prisão preventiva e seis de busca e apreensão, expedidos pela Vara Criminal da Comarca de Bezerros. A advogada desapareceu no início do mês de dezembro do ano passado. Testemunhas afirmaram ter visto o momento em que ela foi abordada por três homens, quando chegava a sua residência, e ter sido obrigada a entrar em um carro. Um mês após o desaparecimento, o corpo dela foi encontrado carbonizado dentro de um carro no município de Água Preta, na Zona da Mata.

De acordo com o diretor integrado da Polícia Civil do Interior I, Salustiano Albuquerque, a motivação do crime tem ligação com a atividade de advocacia exercida pela vítima. Os detalhes da operação serão divulgados hoje, às 9h30, em uma coletiva de imprensa, na sede da Polícia Civil, no Recife. A Operação ocorreu

**TRÊS** mandados de prisão foram expedidos pela Vara Criminal do município

na zona rural e urbana de Bezerros, que também resultou na prisão em flagrante de mais duas pessoas por posse ilegal de arma de fogo, revólveres e espingardas. Um carro Fiat Uno também estava com o grupo, a polícia não descarta a possibilidade de o automóvel ter sido usado para levar a vítima.

No total, 50 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães, participaram da operação que foi efetuada pela 3ª Divisão de Homicídios da Diretoria Integrada do Interior I. Todo o trabalho teve a coordenação do delegado Bruno Vital. De acordo com o diretor integrado da Polícia Civil do Interior I, Salustiano Albuquerque, a motivação do crime tem ligação com a atividade de advocacia exercida pela vítima, fato que já havia sido questionado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Os detalhes da operação serão divulgados hoje, às 9h30, em uma coletiva de imprensa, na sede da Polícia Civil, no Recife.

Assunto: MPPE aciona 18 envolvidos	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 24/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:



NOTAS FRIAS

## MPPE aciona 18 envolvidos

RICARDO DANTAS BARRETO

Seis dos atuais vereadores do Recife e outros 12 que exerceram mandatos nos anos de 2006 e 2007 responderão a ações de improbidade administrativa, pelo envolvimento no caso das notas frias. Na época eles foram acusados de prestar contas inidôneas dos gastos dos gabinetes para receberem a verba indenizatória. Segundo a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital, as "ações resultaram da conclusão do Inquérito Civil nº 01/2009, aberto em razão das informações constantes da Auditoria Especial nº 0605226-5

promovida pelo Tribunal de Contas do Estado".

Os citados pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) são: os vereadores Antonio Luiz Neto (PTB), Eduardo Marques (PTB), Henrique Leite (PT), Luiz Eustáquio (PT), Osmar Ricardo (PT) e Vicente André Gomes (PSB) e os ex-vereadores Fred Oliveira (PEN), Daniel Coelho (PSDB), Francimar Pontes (PSB), Gilvan Cavalcanti (PSD), Gustavo Negromonte (PMDB), João Alberto, Eriberto Medeiros (PTC), Liberato Costa Jr. (PMDB), Luiz Carlos Pires, Luiz Helvécio, Romildo Gomes (PSD) e Valdir Raccione.

A investigação foi realizada

pela Promotoria de Justiça de Patrimônio Público e pela Central de Inquéritos da Capital. Além das informações obtidas pelo TCE, o MPPE teve acesso por meio de autorização judicial a dados fiscais e bancários de alguns dos vereadores. "O relatório da Auditoria Especial foi muito bem feito e foi decisivo para que o Judiciário deferisse a quebra de sigilos bancário e fiscal", diz o texto.

Os auditores configuraram apropriação de recursos públicos e até evolução patrimonial incompatível com a renda de 12 acionados. "Alguns vereadores tiveram evolução patrimonial superior a 200% em dois anos. Outros conseguiram

adquirir bens no valor de quase 100% dos rendimentos disponíveis no mesmo ano", informa o Ministério Público. Pelos cálculos da apuração, cada parlamentar, na época, recebeu em média R\$ 118 mil de verba indenizatória. "Ao todo, os vereadores processados receberam R\$ 944.313,86 com o uso de notas fiscais inidôneas", diz o texto.

Segundo o promotor de Justiça Charles Lima, "há casos gritantes de patrimônio incompatível, onde o vereador adquiriu em dois anos bens que, aplicados os percentuais do IBGE para famílias com a mesma faixa de renda, levariam dez anos ou mais para adquirir".



Arthur Motta/Arquivo Folha

**DENÚNCIA** envolveu integrantes da CMR em 2006 e 2007

### Saiba mais

**PUNIÇÕES** - A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público requereu também a indenização por danos morais coletivos. Os acusados ainda poderão ressarcir os valores integralmente, pagar multas perder as funções públicas e os direitos políticos, entre outras sanções previstas em lei.

Assunto: Desembargador do TJPE evita julgar recurso	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 24/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:



## Desembargador do TJPE evita julgar recurso

CARUARU - O desembargador Itamar Pereira da Silva Júnior se absteve de julgar o recurso impetrado, que tenta derrubar a decisão da Vara da Fazenda que afastou os dez parlamentares com envolvimento na Operação Ponto Final dos cargos. O magistrado, portanto, teria entendido que a matéria já havia sido julgada pelo desembargador Fausto Campos, que foi favorável aos parlamentares. No entendimento de Itamar Júnior, os vereadores já deveriam ter retomado os mandatos no momento da decisão da 4ª Câmara Criminal do TJPE. A expectativa agora é para a forma do cumprimento desta decisão.

Apesar de o caso continuar na esfera judicial, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Caruaru recebeu

### COMISSÃO de Ética avalia parecer que defende as cassações

o parecer favorável pela cassação dos dez acusados de cobrar propina para aprovar projetos da Prefeitura. Após ser entregue pela Secretária Jurídica da Câmara ao presidente da Casa, Leonardo Chaves, o documento foi repassado à comissão a quem caberá decidir sobre a abertura ou não do processo de cassação. "A Comissão de Ética agora toma as rédeas do processo. O documento vai servir de base para a decisão de abrir procedimento contra os dez vereadores", informou Leonardo Chaves.

Assunto: Transsexual recorre ao MPPE

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 24/01/2014

Editoria: VIDA URBANA

Seção:

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

# Transsexual recorre ao MPPE

Ministério Público entrou com ação contra Amil Plano de Saúde para retirada dos selos de cliente

**H**á 4 anos o ativista social Leonardo Tenório, 24 anos, começou uma batalha. Para conseguir algo simples, que qualquer pessoa espera: ser e se sentir você mesmo. Nascido biologicamente do sexo feminino, mas transexuado desde os 19 anos, ele sonha com a cirurgia de redução das mamas. Diz que embora tenha características masculinas, proporcionadas por medicamentos hormonais, o seio tira tudo aquilo já conquistado. Para escondê-los, utiliza diariamente uma espécie de faixa, o mais apertado possível. Agora, a mamoplastia tão desejada pode estar mais perto de ser feita. Depois de ter o pedido de autorização do procedimento negado várias vezes pelo Plano de Saúde Amil, ele espera uma resposta positiva da ação civil pública que foi impetrada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) contra a empresa.

Além de requerer que a Amil realize o procedimento em todos os transexuais clientes e autorizados pelo Conselho Federal de Medicina, a ação pede a reparação dos danos morais coletivos e individuais. Caso a ação seja acatada, o valor será estipulado pelo juiz da 1ª Vara Cível da Capital, onde o caso tramita. De acordo com os promotores de justiça de Defesa do Consumidor, Mavlael Souza, e de Defesa dos Direitos Humanos, Maxwell Vignoli, autores da ação, em julho do ano passado, o MPPE tentou acor-



ROBERTO RAMOS/DP/DA PRESS

do com o plano de saúde mas não houve consenso. Na época, a empresa alegou que não existia previsão contratual ou legal para autorizar o procedimento.

"O argumento da empresa não é válido porque o plano tem que garantir direito à saúde. Precisa dar bom desenvolvimento físico e mental e não é o que está acontecendo. Ele precisa fazer a cirurgia para que se sintam bem, que entenda o corpo dele e evite danos à saúde", argumentou o promotor Maxwell Vignoli. Segundo ele, a cobertura obrigatória, inclusive, consta na Resolução Normativa nº 262/2011 da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Outro argumento em que os promotores se apoiam é o fato de psicólogos e psiquiatras terem prescrito a Leonardo a realização da cirur-

gia. Desde 2010 ele é acompanhado psicologicamente e foi diagnosticado com transtorno de identidade de gênero. No laudo, os médicos informam que o procedimento iria contribuir com o bem-estar físico e social do ativista. Atualmente Leonardo vive à base de remédios para controlar a depressão e ansiedade. "O mais contraditório nisso é que os laudos indicaram a redução da mama como procedimento necessário. Mesmo se não fosse de cobertura obrigatória, mas os médicos tivessem solicitado, seria dever da empresa autorizar o procedimento", afirmou Mavlael Souza. O plano de saúde Amil, por meio da assessoria de imprensa, informou que ainda não foi notificado sobre a ação e que só iria comentar o caso após o recebimento do documento.

TAJAN SATURNINO/ESP/DP/DA PRESS



Leonardo Tenório foi acompanhado por psicólogos que atestaram a necessidade de sua cirurgia

Promotor Mavlael Souza disse que é dever da Amil realizar o procedimento

“

Tenho o corpo, a voz masculina, todo mundo me conhece como Leo. Mas em tenho seio. Isso diminui muito a minha autoestima. Não me reconheço”

Leonardo Tenório, transsexual

entrevista >>> Leonardo Tenório

## “Depois da negativa entrei em depressão”

**Como começou a batalha para conseguir fazer a cirurgia?**

Fui tentado há 4 anos. Antes, eu era do Sistema Único de Saúde (SUS). Tinha ido ao Hospital das Clínicas (HC) para alguns exames, para pegar hormônio, etc. Decidi fazer a cirurgia, mas eles não tinham médico e eles não faziam. Resolvi mudar para o plano de saúde Amil. Quando terminou toda a parte bu-

rocrática, eu fui ao médico para saber se poderia fazer a cirurgia. A médica autorizou. Tive que fazer acompanhamento psicológico e o laudo me diagnosticou como transsexual. Atestaram que eu posso fazer a cirurgia. Sabendo disso, dei entrada na Amil para fazer o procedimento, mas eles negaram. Disseram que eu não poderia fazer porque eu era transsexual. Tentei várias vezes, sem sucesso. Acabei fi-

cando doente.

**O que você teve?**

Fiquei com depressão e ansiedade. Tomo remédio diariamente para controlar as doenças. Depois de tanta negativa, a pessoa não aguenta porque é o que eu mais quero. Tento ser forte, mas acabei ficando doente. Acho um desrespeito. Tenho o corpo, a voz masculina, todo mundo me conhece como Leo,

mas tenho seio. Para mim isso diminuiu muito minha autoestima. Eu não me sinto bem, não me reconheço. Atrapalha minha vida conjugal, sexual. Não entendo o porquê não autorizam, é uma cirurgia simples. Acho que isso é puro preconceito.

**Quando você decidiu ir até o Ministério Público?**

Após eles negarem o direito de fa-

zer a cirurgia em julho do ano passado. Tentamos um acordo, mas o plano disse que não iria autorizar a cirurgia de nenhum caso de transsexual. Resolvi procurar o Ministério Público para fazer a minha cirurgia e para que pessoas que queiram também consigam. Conheço pelo menos 30 transexuais que fizeram de firma clandestina porque não conseguiram através do plano. Se arriscaram.

Assunto: Jones Falou	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 24/01/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA



## JONES FALOU

A coluna pede desculpas aos leitores. O Tribunal de Justiça só ficará completamente masculino em março, quando Alderita Ramos se aposentar. Evandro Magalhães assumiu na nova vaga criada para o Ministério Público. A saudação a Evandro, feita pelo decano Jones Figueirêdo, teve parábolas e exortações. Evandro é o 1º promotor de justiça que ascende direto ao TJPE. O avô materno dele foi presidente do TJ nos anos 1950.

Assunto: Vereadores suspeitos retomarão mandatos

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 24/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



RENAND ZOVKA/PMC

Câmara aprovou novamente projeto que serviu de pivô para as prisões em Caruaru

# Vereadores suspeitos retomarão mandatos

**TJPE manda acusados de cobrar propina para votar projetos em Caruaru voltarem ao trabalho**

**O**s dez vereadores de Caruaru afastados do cargo sob acusação de cobrança de propina para votar projetos do Executivo deverão retomar aos cargos. A decisão foi tomada pelo desembargador Itamar Pereira da Silva Júnior, da 4ª Câmara de Direito Público, após analisar agravo de instrumento impetrado pela defesa. Ele negou o seguimento do novo recurso por entender que decisão monocrática do desembargador Fausto Campos, no último dia 17, determinando liminarmente o retorno imediato dos réus, tornava desnecessário o novo recurso. A decisão foi tomada pública um dia depois de a Casa abrir processo de cassação contra os suspeitos.

Os vereadores beneficiados pela decisão foram Val (DEM), Val

das Rendeiras (Pros), Jádriel Nascimento (Pros), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Jajá (PPS), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB). Eles foram presos no dia 18 de dezembro durante a operação Ponto Final, desencadeada pela Polícia Civil. De acordo com a polícia, eles chegaram a cobrar R\$ 2 milhões para aprovar o empréstimo de R\$ 250 milhões junto ao BNDES para a instalação do BRT (Bus Rapid Transport) em Caruaru, um projeto do PAC Mobilidade.

Além da prisão, os vereadores foram afastados dos cargos através de duas decisões proferidas na primeira instância. Uma do juiz Francisco de Assis Moraes Júnior, da 4ª Vara Criminal de Caruaru, e a outra do juiz José Fernando Santos de Souza, da Vara da Fazenda Pública, que determinou o afastamento deles por 90 dias. Para reverter o processo, a defesa entrou com medida cautelar no Tribunal de Justiça de Pernambuco, que concedeu liminar determinando

que os vereadores voltassem ao trabalho. A Procuradoria Geral da Câmara, no entanto, entendeu que a decisão do desembargador Fausto Campos se referia a apenas uma das condenações.

O advogado Saulo Amazonas, que atua na defesa dos réus, disse ontem que o entendimento de Itamar Pereira apenas confirma a decisão anterior e terá que ser cumprida. "Se o presidente da Câmara (Leonardo Chaves, do PSD) não cumprir a decisão, ele será responsabilizado", disse. Os legisladores foram flagrados em gravações e interceptações telefônicas feitas com autorização da Justiça.

Ao todo, 10 dos 26 vereadores da Casa foram afastados por decisão da Justiça. No lugar deles assumiram Jaécio Tenório (PRB), Pastor Carlos (PRB), Rodrigues da Ceaca (PPS), Joel da Gráfica (DEM), Duda do Vassoural (DEM), Rosemary da Apodéc (DEM), Nino do Rap (DEM), Carlinhos da Ceaca (PPS) e Tenente Tiburcio (PMN). Procurado pela reportagem, o presidente da Câmara não retornou as ligações.

# BRT passa na Câmara

Quando reassumirem o mandato, os dez vereadores afastados do cargo por decisão da Justiça encontrarão uma situação nova pela frente. A Câmara de Caruaru, com os suplentes no cargo, aprovou ontem pela segunda vez o empréstimo para a implantação do BRT na cidade. A proposta foi posta em votação um dia depois de os vereadores, seguindo

blico, decidiram cancelar a votação da proposta feita no ano passado com a participação dos integrantes da Casa suspeitos da cobrança de propina.

O BRT foi aprovado com 20 votos a favor e dois contra. Foram contrários os vereadores Joel da Gráfica e Rosimery da Apodec. Demóstenes Veras justificou a ausência. A aprovação do projeto foi co-

do Liberato (PSC). "Nós teremos mais de 300 ruas asfaltadas, corredores norte-sul, leste-oeste, mas além de todos os benefícios que o BRT trará para a população trabalhadora que precisa de transporte público, serão gerados renda e empregos". E defendeu: "Todos sabem da dificuldade do trânsito de Caruaru, por isso, a necessidade da mobilidade urbana ser implanta-

## > Saiba mais

Os dez vereadores caruaruenses que recuperaram os mandatos



**Cecílio Pedro (PTB)**  
Vereador conquistou, em 2012, seu terceiro mandato



**Neto (PMN)**  
Exercendo seu primeiro mandato, tem base de atuação na zona rural



**Val das Rendeiras (Pros)**  
É um dos vereadores mais populares da Câmara



**Evandro Silva (PMDB)**  
É um crítico feroz da gestão do prefeito José Queiroz (PDT)



**Sivaldo Oliveira (PP)**  
Dono de uma rádio na cidade, chegou a ser presidente do Central



**Louro do Juá (SDD)**  
É da oposição e tido como um dos mais habilidosos da Casa



**Jádriel do Nascimento (Pros)**  
É pastor evangélico e defende a ética e a família



**Eduardo Cantarelli (SDD)**  
Herdou o capital político do irmão Diego, ex-vereador



**Val (DEM)**  
Integra o grupo da oposição e é um dos políticos com mais de um mandato



**Jajá (sem partido)**  
Está no 1º mandato. Foi preso em 2013 e expulso do PPS

Assunto: MPPE pressiona plano de saúde	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 24/01/2014
Editoria: CAPA DOIS	Seção:

jornal do  commercio

# MPPE pressiona plano de saúde

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) entrou com Ação Civil Pública e pedido de liminar na Justiça para obrigar o plano de saúde Amil a realizar mastectomia, cirurgia para retirada das mamas, em um paciente transexual. Além de solicitar que a empresa seja condenada a autorizar a realização de todos os procedimentos cirúrgicos autorizados pelo Conselho Federal de Medicina para tratamento da transexualidade e a realização dos procedimentos de cobertura contratualmente prevista, o MPPE ainda pediu a reparação dos danos morais coletivos e individuais.

A ação, que tramita na 17ª

Vara Cível da Capital, foi motivada depois que um paciente teve o pedido negado pelo plano de saúde Amil, em julho do ano passado. O procedimento é de autoria dos promotores de Justiça de Defesa do Consumidor, Mavíael Souza, e de Defesa dos Direitos Humanos, Maxwell Vignoli.

Os promotores se basearam no laudo emitido pela psicóloga, que atende o paciente desde 2010, no qual consta que a realização da cirurgia solicitada contribuiria para a promoção da saúde mental e o bem-estar físico e social do usuário do plano de saúde. Além disso, a psicóloga qualificou a mastectomia como alternativa positiva para o paciente, para

## Promotores se basearam no laudo emitido por psicóloga

que possa ter uma vida mais legítima e em conformidade com seus anseios e desejos.

“Não é tarefa fácil imaginar os conflitos internos travados por pessoas nesta condição, incapazes de olhar um espelho e se reconhecerem na imagem ali refletida. A dor, a angústia e a ansiedade causada pelo inerte sentimento de

inadequação do espírito ao próprio corpo são potencializadas pelo enorme preconceito sofrido em quase todos os espaços sociais, seja na família, em ambientes escolares ou de trabalho. E também na relação com a operadora de planos de saúde”, argumentam os promotores.

Depois de negar a autorização verbalmente, o plano foi notificado pelo MPPE e alegou não existir previsão contratual ou legal para a cobertura. Segundo os promotores, o procedimento de mastectomia consta na lista de cobertura obrigatória presente na Resolução Normativa nº 262/2011 da Agência Nacional de Saúde.

Assunto: Frase – Evandro Magalhães	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 24/01/2014
Editoria: EDITORIAL	Seção:

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



*“Nosso compromisso agora é com a agilização. Acredito que o estoque de processos vá diminuir”*

**Evandro Magalhães**, novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Assunto: Organizadas vetadas	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 24/01/2014
Editoria: SUPERESPORTES	Seção:

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### + saiba mais

#### Organizadas vetadas

As torcidas uniformizadas não vão poder entrar no Lacerdão no jogo de amanhã. Já no fim da noite de ontem, o juiz do Juizado do Torcedor, Marupiraja Ramos, expediu uma liminar que vai vetar a entrada das organizadas no estádio em Caruaru. O titular do Jetep baseou a formulação do documento em um pedido de um torcedor que fez uma denúncia formal à instituição na última quarta-feira. Na ocasião, as arquibancadas do campo em Caruaru foram palco de uma confusão entre torcedores da uniformizada Comando Alvinegro, do Central, na partida contra o Pesqueira – válida pela 14ª rodada do Pernambucano. A polícia precisou intervir com balas de borracha e gás de pimenta. De acordo com o juiz, a liminar vai ser estendida por toda a sequência da Copa do Nordeste e valerá também para os jogos do Estadual, independente de quem seja o mandante da partida.

Assunto: TJPE reforça retorno de vereadores presos por corrupção à Câmara de Caruaru	
Veículo: NE10	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## AGRESTE // OPERAÇÃO PONTO FINAL

### TJPE reforça retorno de vereadores presos por corrupção à Câmara de Caruaru



O desembargador da 4ª Câmara de Direito Público, Itamar Pereira da Silva Júnior, negou, nesta quinta-feira (23), o agravo de instrumento impetrado pela defesa dos 10 vereadores alvos da Operação Ponto Final em Caruaru, no Agreste do Estado. Os legisladores estavam afastados do exercício do mandato. Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), para o magistrado, não houve necessidade de reavaliar o que já havia sido decidido de forma monocrática pelo desembargador Fausto Campos, que permitiu aos parlamentares o retorno às suas funções.

Na semana passada, Campos havia determinado o retorno imediato dos parlamentares após ter anulado uma medida cautelar da 4ª Vara Criminal de Caruaru, cujo documento afastava temporariamente os legisladores dos cargos na Câmara da cidade. Todavia, os vereadores continuaram impedidos de voltar ao legislativo, isso porque também existia uma determinação proferida pela Vara da Fazenda Pública da Capital do Agreste, que afastava os parlamentares dos cargos legislativos por 180 dias.

Diante da situação, os advogados de defesa dos 10 legisladores haviam entrado com um pedido de agravo de instrumento, um recurso que pedia a desconstituição da decisão da Vara da Fazenda. No entanto, o magistrado Itamar Pereira entendeu como desnecessário reavaliar o agravo, uma vez que a decisão do desembargador Fausto Campos de anular o afastamento proferido pela Vara Criminal, automaticamente também derruba o determinado pela Vara da Fazenda.

Em contato com o NE10 Interior, a assessoria jurídica da Câmara de Vereadores de Caruaru informou que está no aguardo da notificação sobre a decisão do TJPE. Segundo Bruno Martins, assessor jurídico da Casa Jornalista José Carlos Florêncio, se a notificação chegar antes do início da sessão extraordinária marcada para às 20h desta quinta-feira, os 10 vereadores já poderão participar das votações.

**NOVA SESSÃO** - Entre os projetos do Executivo que a Câmara apreciará, na reunião extraordinária marcada para a noite desta quinta-feira, está a readequação do novo salário mínimo para os servidores municipais e a doação de um terreno para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). A sessão votará ainda as modificações administrativas na Empresa de Urbanização e Planejamento de Caruaru (URB).

Para atender solicitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a prefeitura realizou alterações no texto do projeto do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT). A Câmara, que já havia aprovado o texto base em dezembro do ano passado, agora vai analisar as alterações sugeridas pelo órgão financiador do governo federal. O CASO - A Operação Ponto Final foi deflagrada no início da manhã do dia 18 de dezembro do ano passado. Ao todo, 10 vereadores da Capital do Agreste foram presos e encaminhados à Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru, por suspeita de concussão, corrupção passiva e organização criminosa. Os parlamentares estariam exigindo ao prefeito José Queiroz (PDT) o valor de R\$ 2 milhões para aprovação do projeto do BRT (Bus Rapid Transit), orçado em R\$ 250 milhões.

Foram presos após seis meses de investigação da Polícia Civil, os vereadores Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Pastor Jadiel e Val das Rendeiras (Pros), todos da base governista, e mais seis da oposição: Val (DEM), Louro do Juá e Eduardo Cantarelli (SDD), Jajá (expulso do PPS), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB). Todos os suspeitos foram soltos no final de dezembro.

**GRAVAÇÕES** - O juiz da 4ª Vara, Pierre Souto Maior, determinou o fim do sigilo do processo que investiga os vereadores, ao qual a imprensa teve acesso no final da tarde da quinta-feira (9). Entre outras coisas, os autos mostram vídeo e gravações dos suspeitos em conversas com interlocutores numa suposta negociação de propina para aprovação de projetos na Câmara do município.

Assunto: Transexual recorre ao MPPE para garantir cirurgia	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

JUSTIÇA»

## Transexual recorre ao MPPE para garantir cirurgia



Além de requerer que a Amil realize o procedimento em todos os pacientes autorizados, ação pede danos morais

---

Assunto: Transexual recorre ao MPPE para garantir cirurgia	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

## MPPE entra com ação para que plano de saúde cubra operação de transexual



Há 4 anos o ativista social Leonardo Tenório, 24 anos, começou uma batalha. Para conseguir algo simples, que qualquer pessoa espera: ser e se sentir você mesmo. Nascido biologicamente do sexo feminino, mas transexuado desde os 19 anos, ele sonha com a cirurgia de redução das mamas. Diz que embora tenha características masculinas, proporcionadas por medicamentos hormonais, o seio tira tudo aquilo já conquistado. Para escondê-los, utiliza diariamente uma espécie de faixa, o mais apertado possível. Agora, a mamoplastia tão desejada pode estar mais perto de ser feita. Depois de ter o pedido de autorização do procedimento negado várias vezes pelo Plano de Saúde Amil, ele espera uma resposta positiva da ação civil pública que foi impetrada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) contra a empresa.

Além de requerer que a Amil realize o procedimento em todos os transexuais clientes e autorizados pelo Conselho Federal de Medicina, a ação pede a reparação dos danos morais coletivos e individuais. **Caso a ação seja acatada, o valor será estipulado pelo juiz da 17ª Vara Cível da Capital, onde o caso tramita.** De acordo com os promotores de justiça de Defesa do Consumidor, Mavíael Souza, e de Defesa dos Direitos Humanos, Maxwell Vignoli, autores da ação, em julho do ano passado, o MPPE tentou acordo com o plano de saúde mas não houve consenso. Na época, a empresa alegou que não existia previsão contratual ou legal para autorizar o procedimento.

“O argumento da empresa não é válido porque o plano tem que garantir direito à saúde. Precisa dar bom desenvolvimento físico e mental e não é o que está acontecendo. Ele precisa fazer a cirurgia para que se sinta bem, que entenda o corpo dele e evite danos à

saúde”, argumentou o promotor Maxwell Vignoli. Segundo ele, a cobertura obrigatória, inclusive, consta na Resolução Normativa nº 262/2011 da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Outro argumento em que os promotores se apoiam é o fato de psicólogos e psiquiatras terem prescrito a Leonardo a realização da cirurgia. Desde 2010 ele é acompanhado psicologicamente e foi diagnosticado com transtorno de identidade de gênero. No laudo, os médicos informam que o procedimento iria contribuir com o bem-estar físico e social do ativista.

Atualmente Leonardo vive à base de remédios para controlar a depressão e ansiedade. “O mais contraditório nisso é que os laudos indicaram a redução da mama como procedimento necessário. Mesmo se não fosse de cobertura obrigatória, mas os médicos tivessem solicitado, seria dever da empresa autorizar o procedimento”, afirmou Mavíael Souza. O plano de saúde Amil, por meio da assessoria de imprensa, informou que ainda não foi notificado sobre a ação e que só iria comentar o caso após o recebimento do documento.

Entrevista >> Leonardo Tenório

Como começou a batalha para conseguir fazer a cirurgia?

Eu tento há 4 anos. Antes, eu era do Sistema Unico de Saúde (SUS). Tinha ido ao Hospital das Clínicas (HC) para alguns exames, para pegar hormônio, etc. Decidi fazer a cirurgia, mas eles não tinham médico e eles não faziam. Resolvi mudar para o plano de saúde Amil. Quando terminou toda a parte burocrática, eu fui ao médico para saber se poderia fazer a cirurgia. A médica autorizou. Tive que fazer acompanhamento psicológico e o laudo me diagnosticou como transexual. Atestaram que eu posso fazer a cirurgia. Sabendo disso, dei entrada na Amil para fazer o procedimento, mas eles negaram. Disseram que eu não poderia fazer porque eu era transexual. Tentei várias vezes, sem sucesso. Acabei ficando doente.

O que você teve?

Fiquei com depressão e ansiedade. Tomo remédio diariamente para controlar as doenças. Depois de tanta negativa, a pessoa não aguenta porque é o que eu mais quero. Tento ser forte, mas acabei ficando doente. Acho um desrespeito. Tenho o corpo, a voz masculina, todo mundo me conhece como Leo, mas tenho seio. Para mim isso diminui muito minha autoestima. Eu não me sinto bem, não me reconheço. Atrapalha minha vida conjugal, sexual. Não entendo o porquê não autorizam, é uma cirurgia simples. Acho que isso é puro preconceito.

Quando você decidiu ir até o Ministério Público?

Após eles negarem o direito de fazer a cirurgia em julho do ano passado. Tentamos um acordo, mas o plano disse que não iria autorizar a cirurgia de nenhum caso de transexual. Resolvi procurar o Ministério Público para fazer a minha cirurgia e para que pessoas que queiram também consigam. Conheço pelo menos 30 transexuais que fizeram de forma clandestina porque não conseguiram através do plano. Se arriscaram.

Assunto: Decisão judicial garante retorno de vereadores afastados à Câmara de Caruaru	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## **Decisão judicial garante retorno de vereadores afastados à Câmara de Caruaru**

Os dez vereadores de Caruaru afastados do cargo após serem denunciados na Operação Ponto Final, da Polícia Civil, vão poder retomar os mandatos. A decisão foi garantida nesta quinta-feira, após o desembargador Itamar Pereira da Silva Júnior, da 4ª Câmara de Direito Público, negar prosseguimento ao agravo de instrumento impetrado pela defesa dos vereadores, pois os legisladores já haviam obtido um posicionamento favorável do desembargador Fausto Campos.

Segundo o magistrado, "o recurso não deve seguir em tramitação devido à perda do objeto, uma vez que o pedido constante do presente agravo de instrumento já foi fruto de apreciação judicial em decisão monocrática proferida, no dia 17 de janeiro de 2014, pelo desembargador Fausto Campos, que determinou o imediato retorno dos vereadores ao exercício do cargo".

Os dez vereadores foram indiciados pelos crimes de organização criminosa, concussão (cobrança de propina) e corrupção passiva. Segundo a investigação policial, eles pediam dinheiro da Prefeitura de Caruaru para a aprovação de projetos no Legislativo. Os vereadores foram presos no dia 18 de dezembro e liberados no Natal, mas continuaram afastados da Câmara Municipal - inclusive, os suplentes assumir em seus lugares - por determinação judicial.

### **O que disse o desembargador Itamar Pereira na decisão:**

“Observo que o objeto do presente agravo de instrumento já foi fruto de apreciação judicial por este Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através da decisão monocrática”

“Pelo exposto, em conformidade com as disposições contidas no art. 557, caput, do Código Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso por encontrar-se prejudicado, ante à perda superveniente do objeto, vez já ter sido determinado o retorno dos ora agravantes ao exercício dos respectivos cargos de vereadores da cidade de Caruaru”

Com informações da Assessoria de Comunicação Social do TJPE

Assunto: Reembolso de investidores da Priples está longe de ser resolvido	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## Reembolso de investidores da Priples está longe de ser resolvido

O desejo de ressarcimento dos mais de 100 mil investidores da Priples, empresa acusada de formação de pirâmide financeira, está longe de ser atendido. Na última segunda-feira, foi divulgado o relatório do Instituto de Criminalística (IC) que destaca que o negócio tem 99,9% de movimentação financeira com base em novas adesões, ou seja, confirmando que é insustentável apenas com venda de produtos ou serviços. Porém, esse documento não colabora com o processo cível e servirá apenas para integrar o processo criminal já existente, em julgamento no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O reembolso dos investidores corre em um segundo processo, emperrado por questões burocráticas do Judiciário.

O entrave ocorre porque o processo cível partiu de ação civil pública depositada no Poder Judiciário do Rio Grande do Norte (TJRN), foi transferido para o TJPE, que mandou de volta para o estado de origem. O impasse exigiu a entrada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por se tratar de um conflito de competências. O STJ foi procurado e informou que não há novidades sobre quem assumirá o caso, nem anunciou previsão. Com isso, a decisão de como serão minimizados os prejuízos financeiros dos investidores está indeterminada.

A empresa está judicialmente impedida de funcionar desde agosto do ano passado. Mais de R\$ 100 milhões foram bloqueados e o empresário Henrique Maciel Lima chegou a ter a prisão temporária decretada. Mais de 100 mil pessoas integravam a Priples, divulgada como marketing multinível – modelo de negócio que se diferencia das pirâmides por se sustentar também com a venda de produtos.

Na questão criminal, o documento do IC, considerado o primeiro relatório formal de órgão de investigação em que constata a formação de pirâmide, já avançou na Justiça. A perícia contábil de livros de três meses de movimentação financeira da Priples foi base para novo parecer formalizado pelo Ministério Público de Pernambuco em denúncia à empresa.

O MPPE confirmou que o posicionamento da **instituição já está na 9ª vara criminal do TJPE, sob responsabilidade da juíza Sandra Beltrão**, a ser integrado ao processo já existente em nome do presidente da empresa e sua esposa, Mirelle Pacheco de Freitas. Segundo a assessoria do TJPE, a juíza está de férias. O substituto, que não falou ao Diário, esteve em audiência durante toda a tarde de ontem.

Assunto: Google Brasil terá que pagar indenização de R\$ 25 mil à pernambucana por danos morais	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## **Google Brasil terá que pagar indenização de R\$ 25 mil à pernambucana por danos morais**

*Jovem foi fotografada enquanto trocava de roupa dentro de sua casa*

A empresa Google Brasil Internet foi condenada a pagar R\$ 25 mil, a título de danos morais, a uma adolescente que teve sua imagem exposta através da ferramenta “Google Maps” – serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens na rede. A decisão foi proferida, nesta segunda-feira (20), pelo juiz da 2ª Vara Cível do Recife, Rogério Lins e Silva, e publicada na edição desta quinta-feira (23), no Diário de Justiça Eletrônico. O caso aconteceu em 2012.

De acordo com os autos, a autora da ação foi fotografada pelo Google enquanto trocava de roupa dentro de sua casa. Desde que a imagem se tornou pública, a jovem vem sendo motivo de chacotas entre os colegas de sua escola. A menina alega que o fato abalou a sua integridade psíquica e moral, violando o seu desenvolvimento sadio como pessoa. No dia 30 do ano passado, a vítima conseguiu na Justiça uma liminar determinando do a retirada da imagem constrangedora, sob pena de multa diária fixada em R\$ 10 mil.

A Google, por sua vez, afirmou que cumpriu a decisão liminar e explicou as linhas gerais da Política de Privacidade do Sistema Google Street View, alegando que as imagens capturadas são somente aquelas de acesso público, ou seja, imagens semelhantes a que são vistas ao caminhar ou andar de carro pelas ruas. A empresa ainda informou que o usuário pode solicitar o efeito de borra em rostos e placas de veículos, sendo facultada também a remoção de fotos que mostrem o usuário, membros de família, seus carros e casas, explicando que a autora nunca se utilizou da ferramenta "informar problemas". A Google ainda afirma que não houve qualquer conduta danosa já que a autora não provou qualquer alegação de danos sofridos perante sua comunidade. Alega ainda que há excludente de responsabilidade sua, pois fotografou o que qualquer pessoa viria se passasse pela rua naquele momento.

Em relação ao argumento da ré, o juiz Rogério Lins e Silva afirmou. “Aqui, vale ressaltar que a autora não necessitaria ter requerido administrativamente a retirada do conteúdo do site, como afirma a demanda, pelo fato de que a conduta por si só já produziu danos, não podendo o Judiciário negar proteção a direito lesionado ou ameaçado.” E ainda ressaltou: “É importante refutar também o argumento da empresa demandada segundo o qual qualquer pessoa que passasse pela rua naquele momento poderia ter observado a menor naquela situação. Primeiro porque ainda que fosse verdade, isso não lhe daria o direito de veicular para todo o planeta dita imagem, pois se trata de intimidade de menor, a qual deve ser protegida de forma especial. Finalmente porque não é verdade o que afirma o demandado. Conforme se observa na fotografia de

folhas 14, havia um portão, com uma altura razoável, entre o carro fotógrafo e a menor, o que demonstra que ele estava a uma altura acima do razoável.”

O magistrado ainda escreveu: “É importante ressaltar que houve violação clara e direta a três direitos da menor demandante. À imagem, porquanto teve uma fotografia sua veiculada para todo o planeta. À intimidade, pois tal veiculação ocorreu em um momento no qual trocava de roupa. À privacidade, pois a fotografia expôs a autora e sua família para todo o mundo.” E concluiu. “Ainda, atingiu tanto a moral interna, como a externa da criança. A externa, pois causou constrangimentos à mesma perante sua comunidade, notadamente na escola em que estuda. A interna, pois feriu a autoestima da menor, causando-lhe dor moral.”

A Google ainda deverá arcar com as custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação. A decisão cabe recurso.

Assunto: Mais um desembargador decide pelo retorno dos vereadores de Caruaru	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## **Mais um desembargador decide pelo retorno dos vereadores de Caruaru**

*Itamar Pereira da Silva negou seguimento do agravo de instrumento da defesa*

Após o afastamento dos vereadores de Caruaru, no Agreste, dentro da Operação Ponto Final, dois desembargadores já decidiram pelo retorno dos parlamentares. Desta vez, o desembargador Itamar Pereira da Silva Júnior, da 4ª Câmara de Direito Público, negou a tramitação do agravo de instrumento impetrado pela defesa dos vereadores afastados. De acordo com informações do Tribunal de Justiça de Pernambuco, não existe necessidade para que haja prosseguimento, visto que o pedido já foi apreciado em decisão monocrática no último dia 17, quando o desembargador Fausto Campos determinou imediato retorno aos mantatos.

“Pelo exposto, em conformidade com as disposições contidas no art. 557, caput, do Código Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso por encontrar-se prejudicado, ante à perda superveniente do objeto, vez já ter sido determinado o retorno dos ora agravantes ao exercício dos respectivos cargos de vereadores da cidade de Caruaru”, destacou o desembargador Itamar Pereira, em seu texto.

Assunto: Mais um desembargador decide pelo retorno dos vereadores de Caruaru	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## Outro desembargador reforça que vereadores têm de voltar à Câmara

*Ele concluiu que decisão do magistrado Fausto Campos já é a válida. Parlamentares devem voltar imediatamente aos cargos, segundo TJPE.*

O desembargador Itamar Pereira da Silva, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), negou seguimento a outro recurso protocolado pela defesa dos vereadores investigados após a Operação Ponto Final, em [Caruaru](#), no Agreste pernambucano, e afastados das atividades. Isto quer dizer que a primeira decisão da Casa, feita pelo magistrado Fausto Campos, já é válida e soberana sobre as demais, inclusive sobre as de primeira instância, de Varas do município, de acordo com a assessoria do TJPE.



Portanto, os parlamentares devem retornar aos cargos imediatamente. A negativa ao recurso e afirmativa à primeira decisão ocorreram na terça-feira (21), porém, foram divulgadas à imprensa somente nesta quinta-feira (23). O secretário jurídico Bruno Martins, da Câmara de Caruaru, informou que ainda não houve o recebimento de ofício do TJPE por parte de Leonardo Chaves (PSD), presidente da Casa.

O desembargador Fausto Campos apreciou e atendeu, na última sexta-feira (17), ao mandado de segurança com pedido de liminar. De acordo com o documento do TJPE, é "insustentável a manutenção do afastamento dos impetrantes do cargo eletivo de vereador da cidade de Caruaru, ante a ausência de concreta demonstração de que os mesmos estariam, direta ou indiretamente, prejudicando a coleta de provas" (sic).

A decisão ressalta ainda a situação econômica da casa: "a medida atacada repercute severa e negativamente sobre as finanças da Câmara de Vereadores de Caruaru que em decorrência da suspensão de dez de seus membros, teve que proceder com a convocação e posse de igual número de suplentes para substituí-los" (sic).

Assunto: Eduardo recebe futuro presidente do TJPE	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## Eduardo recebe futuro presidente do TJPE



O governador Eduardo Campos (PSB) recebeu em seu gabinete, na tarde de ontem (23), o futuro presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves. Na ocasião, o magistrado entregou ao chefe do Executivo Estadual o convite para a posse da nova mesa diretora da corte para o biênio 2014/2015.

Frederico Neves esteve acompanhado do desembargador Leopoldo Raposo, o futuro primeiro vice-presidente do tribunal.

A nova mesa diretora do TJPE foi eleita por unanimidade em novembro do ano passado e será composta, também, pelos desembargadores Fernando Ferreira (segundo vice-presidente) e Eduardo Paurá (corregedor-geral de Justiça). A posse está marcada para o dia 6 de fevereiro.

Assunto: Caruaru: vereadores suspeitos retornarão aos cargos	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## Caruaru: vereadores suspeitos retornarão aos cargos



Os dez vereadores de Caruaru afastados do cargo sob acusação de cobrança de propina para votar projetos do Executivo deverão retornar aos cargos. A decisão foi tomada pelo desembargador Itamar Pereira da Silva Júnior, da 4ª Câmara de Direito Público, após analisar agravo de instrumento impetrado pela defesa. Ele negou o seguimento do novo recurso por entender que decisão monocrática do desembargador Fausto Campos, no último dia 17, determinando liminarmente o retorno imediato dos réus, tornava desnecessário o novo recurso. A decisão foi tornada pública um dia depois de a Casa abrir processo de cassação contra os suspeitos.

Os vereadores beneficiados pela decisão foram Val (DEM), Val das Rendeiras (Pros), Jadiel Nascimento (Pros), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Jajá (PPS), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB). Eles foram presos no dia 18 de dezembro durante a operação Ponto Final, desencadeado pela Polícia Civil. De acordo com a polícia, eles chegaram a cobrar R\$ 2 milhões para aprovar o empréstimo de R\$ 250 milhões junto ao BNDES para a instalação do BRT (Bus Rapid Transport) em Caruaru, um projeto do PAC Mobilidade. (Do Diário de Pernambuco)

Assunto: Depois da polêmica do Mensalão, Câmara de Caruaru aprova empréstimo de R\$ 250 mi do BRT	
Veículo: Blog da Folha	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## Depois da polêmica do Mensalão, Câmara de Caruaru aprova empréstimo de R\$ 250 mi do BRT



Após a polêmica do Mensalão de Caruaru, a Câmara Municipal da cidade do Agreste aprovou, em reunião extraordinária, o empréstimo de R\$ 250 milhões para construir o BRT em Caruaru. De acordo com o Blog do Mário Flávio, na votação, o governo obteve 20 votos e apenas dois vereadores se posicionaram contra o empréstimo – Rosimery da Apodec e Joel da Gráfica, ambos do DEM.

A partir de agora o projeto segue para sanção do prefeito Zé Queiroz (PDT), para depois ser enviado ao Banco do Brasil, que vai analisar se libera ou não a polêmica verba. Ao todo, dez vereadores foram presos acusados de cobrar propina para votar com o governo municipal na Câmara a aprovação dessa matéria que possibilitaria a implementação de um BRT na Capital do Agreste.

Os parlamentares que até o momento perderam os cargos são: Neto (PMN), Maviael Peixoto (PMN), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Lorinaldo Florêncio de Moraes (Louro do Juá – PS), Jailson Soares de Oliveira (Jajá – Sem partido), José Givaldo Francisco Oliveira (PP), Eduardo Cantarelli (SDD), Pastor Jadiel Nascimento (PROS) e Erivaldo Soares Florêncio (Val das Rendeiras – PROS).

Nesta semana, o juiz da Vara da Fazenda Pública do município agrestino, José Fernando Santos Souza, determinou que os dez vereadores envolvidos no mensalão de Caruaru seguirão afastados de cargos. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) havia determinado o retorno dos parlamentares à atividade no Parlamento caruaruense, com a anulação de uma medida cautelar 4ª Vara Criminal de Caruaru que indicava temporariamente o afastamento dos vereadores de suas funções.

Assunto: Denúncias sobre caso das notas frias não têm consistência, afirma Daniel Coelho	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## Denúncias sobre caso das notas frias não têm consistência, afirma Daniel Coelho



O deputado estadual Daniel Coelho (PSDB) voltou a afirmar que não há consistência nas denúncias contra ele por suposto favorecimento no caso das notas frias da Câmara do Recife, na época em que ele era vereador. “Tanto o Ministério Público quanto o Tribunal de Contas já emitiram pareceres dizendo que não há culpa e aprovando as contas”, afirmou nesta sexta-feira (24), em conversa com o Blog.

Como informa o Jornal do Commercio desta sexta, a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital entrou com uma ação de improbidade administrativa contra Daniel e outros 17 dos 26 políticos envolvidos no escândalo. A promotoria alega que foi identificada apropriação de recursos públicos por parte dos, então, vereadores.

“Não tenho conhecimento do teor da ação”, disse Daniel, que afirma ainda não ter sido notificado da ação. **Em dezembro do ano passado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) acatou uma ação penal contra o tucano,** que é acusado de usar notas fiscais adulteradas para justificar o pagamento de verba de gabinete na Câmara.

“É importante que ele [o TJPE] julgue para que esse assunto não venha a ser usado politicamente”, defende o deputado tucano. Daniel diz não acreditar que isso possa atrapalhar seu projeto político de disputar um mandato na Câmara Federal. “Há dez anos que isso vem sendo utilizado em todas as campanhas”, lembra.

Além de Daniel Coelho, a ação de improbidade administrativa atinge também os deputados estaduais Gustavo Negromonte (PMDB), Francismar Pontes (PSB), Eriberto Medeiros (PTC); e os vereadores do Recife Antônio Luiz Neto (PTB), Eduardo Marques (PTB), Henrique Leite (PT), Luiz Eustáquio (PT), Osmar Ricardo (PT) e Vicente André Gomes (PSB).

O Blog de Jamildo tentou contato com o vereador Vicente André Gomes, que é o atual presidente da Câmara do Recife, mas não conseguiu contato. Segundo a assessoria do socialista, ele está em uma granja da família, onde se recupera de um problema de saúde.

Assunto: Na Sala da Justiça	
Veículo: Blog Fernando Machado	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



## **Na Sala da Justiça**

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Jovaldo Nunes, seguindo, hoje até Portugal, a fim de participar de um intercâmbio junto a Universidade de Lisboa. Também no grupo o desembargador Jones Figueiredo.

A posse da diretoria da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco será realizada no dia 20 de março, na Blue Angel. Na ocasião a presidente Darci Nunes passa o cargo para Márcia Porto Carrero.

Assunto: Na Sala da Justiça	
Veículo: Blog Fernando Machado	Data: 24/01/2014
Editoria:	Seção:



### **Anotações do Cotidiano**

O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Jovaldo Nunes Gomes, a Secretária da Mulher de Pernambuco, Cristina Maria Buarque, e a Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Marylúcia Dias de Araújo, nos convida para o lançamento do Mutirão Arquivo Zero e aniversário de Quatro Anos de Instalação da Vara. O evento será hoje, às 14h30.

Tamandaré, além de ser reconhecida como um dos pontos turísticos mais visitados no País, também quer ser reconhecida como a cidade de maior turismo religioso. Para isto, hoje, na arena do Tamandaré Fest acontece o Dia da Mobilidade Cristã. O evento religioso é promovido pela paróquia de São Pedro, de Tamandaré, via o Padre Arlindo Júnior. Será um grande louvor musical com a participação do padre Fábio de Melo e dos cantores Almir Rouche, Cristina Amaral, Dudu do Acordeon e Anna Alves.

